

Da Teoria à Prática em Pesquisas nas Ciências Sociais Aplicadas



**Denise Pereira
Maristela Carneiro
(Organizadoras)**

Atena
Editora
Ano 2021

Da Teoria à Prática em Pesquisas nas Ciências Sociais Aplicadas



**Denise Pereira
Maristela Carneiro
(Organizadoras)**

Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Da teoria à prática em pesquisas nas ciências sociais aplicadas

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Kimberly Elisandra Gonçalves Carneiro
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadoras: Denise Pereira
Maristela Carneiro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T314 Da teoria à prática em pesquisas nas ciências sociais aplicadas / Organizadoras Denise Pereira, Maristela Carneiro. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-944-8

DOI 10.22533/at.ed.448210104

1. Ciências sociais. I. Pereira, Denise (Organizadora). II. Carneiro, Maristela (Organizadora). III. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Esta coletânea reúne capítulos que versam sobre os trânsitos da teoria à prática. Para tanto, há que se pensar em uma teoria e uma prática que estejam além do discurso descompromissado do cotidiano, afinal pensar a respeito de algo e agir sobre não são movimentos indiscutivelmente divorciados e irreconciliáveis. É evidente que entre as elaborações teóricas desenvolvidas no ambiente acadêmico e a implementação de políticas públicas robustas que efetivamente afetam positivamente as vidas das pessoas, há um longo caminho.

Dito isso, ao contrário do que sugere o senso comum, teoria e prática não são oponentes, mas apenas segmentos distintos do mesmo processo.

Sem compreender como uma sociedade se constituiu historicamente e quais são as estruturas que a governam, não é possível detectar possíveis problemas, elaborar alternativas ou proporcionar inovações. O Brasil, problema maior do qual emanam todos os dilemas menores investigados nestes textos, construiu-se ao longo de cinco séculos preservando fortes estruturas coloniais, classistas e racistas, algo que, enquanto visto como uma realidade cristalizada no passado por uma parcela privilegiada da população, ainda marca profundamente nossas negociações sociais, permanecendo muito viva nos combates cotidianos.

A presente coleção compreende trabalhos que abordam questões pertinentes ao direito e aos desdobramentos jurídicos, às políticas educacionais, às iniciativas de desenvolvimento econômico, à manutenção da saúde física e mental, à segurança pública e ao empreendedorismo. Todos estes temas, embora caracterizados por incontáveis especificidades no que diz respeito às metodologias adotadas e resultados esperados, são fundamentalmente elaborações emanadas da malha social, de tal maneira que todos devem ser contemplados por uma mirada global e complexa dos ambientes em que residimos e construímos nossas vidas coletivas.

O estudo das dinâmicas aqui expostas aponta para um desenvolvimento positivo, uma conexão mais visível e fortalecida entre o espaço acadêmico e o mundo fora dos muros das universidades ou da vida acadêmica. As pesquisas que compõem essa obra são sintomáticas de núcleos de pesquisa cujo olhar está voltado para as ruas, praças, postos de trabalho e núcleos populacionais que fazem parte de nossas vidas e demandam nossa atenção.

A vida humana, justamente por sua composição essencial e inevitavelmente social, existe em constante fluxo. Nossas existências, compulsoriamente coletivas (por mais que tentemos nos pensar autossuficientes) são caracterizadas pela mudança, e é através do estudo aprofundado e reflexivo dessas relações dinâmicas, como as investigações aqui reunidas, que podemos esperar constituir sociedades mais estáveis, inclusivas e justas.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira
Maristela Carneiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

(DES)COLONIALIDADE, DIÁLOGO INTERCULTURAL E ETNORECONHECIMENTO NOS MUSEUS: DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO E A MUSEOLOGIA CONTEMPORÂNEAS

Maria Amelia Souza Reis

DOI 10.22533/at.ed.4482101041

CAPÍTULO 2..... 20

A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NA REFORMA TRABALHISTA E SEUS IMPACTOS NO DIREITO EMPRESARIAL

Josemar da Silva Abrantes

Renata Silva Gomes

DOI 10.22533/at.ed.4482101042

CAPÍTULO 3..... 27

A GESTÃO DO CONHECIMENTO COMO AUXÍLIO À INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Felipe Pereira de Melo

Arthur Gualberto da Cruz Bacelar Urpia

Rejane Sartori

DOI 10.22533/at.ed.4482101043

CAPÍTULO 4..... 43

A IMPORTÂNCIA DA SAÚDE FÍSICA E MENTAL DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DO PARANÁ

Cristiano José Barreto

DOI 10.22533/at.ed.4482101044

CAPÍTULO 5..... 53

A PRÁTICA DA LEITURA NO PROCESSO DE (RE)SOCIALIZAÇÃO

Hillary Mariane Lapas Fujihara

Patricia Helena de Freitas

DOI 10.22533/at.ed.4482101045

CAPÍTULO 6..... 68

A RECEPÇÃO E A REELABORAÇÃO DO CONCEITO DE PLANIFICAÇÃO POR GUERREIRO RAMOS (1945-1953)

Alan Caldas

DOI 10.22533/at.ed.4482101046

CAPÍTULO 7..... 83

ANÁLISE FOLHA DE PAGAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL/RN, NOS ANOS DE 2012 A 2016 – RUBRICA SALÁRIO FAMÍLIA

Clara Larissa Pinto de Araújo

Edzana Roberta Ferreira da Cunha Vieira Lucena

Erivan Ferreira Borges

DOI 10.22533/at.ed.4482101047

CAPÍTULO 8.....	88
ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE LIDERANÇA E CAPACIDADE ABSORTIVA DO CONHECIMENTO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA	
Daniela de Oliveira Massad	
Daniele Santos de Oliveira Archanjo de Souza	
Andreia Maria Pedro Salgado	
Édis Mafra Lapolli	
Fernando Augusto Silva Marins	
DOI 10.22533/at.ed.4482101048	
CAPÍTULO 9.....	100
CAIR, LEVANTAR E RECUPERAR: RESILIÊNCIA FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES FRENTE A DESASTRES CLIMÁTICOS	
Tomas Matheus Giacomet de Oliveira	
Priscila dos Santos Schiavo	
Denis Dall'Asta	
Clóvis Fiirst	
DOI 10.22533/at.ed.4482101049	
CAPÍTULO 10.....	111
CERÂMICA VIVA	
Isabela Frade	
DOI 10.22533/at.ed.44821010410	
CAPÍTULO 11.....	124
COOPERAÇÃO TECNOLÓGICA: ALTERNATIVAS À PRODUÇÃO DE INOVAÇÃO DECORRENTE DE PESQUISAS BÁSICAS DESENVOLVIDAS NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR	
Samantha Frohlich	
Eliana Cunico	
Gabriela Christ	
DOI 10.22533/at.ed.44821010411	
CAPÍTULO 12.....	140
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL: DOIS LADOS DA MESMA MOEDA?	
Ralph José Neves dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.44821010412	
CAPÍTULO 13.....	152
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E INOVAÇÃO SOCIAL NO ALTO JEQUITINHONHA – MG: OS CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO SOCIAL	
Allain Wilham Silva de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.44821010413	

CAPÍTULO 14.....	174
ELEMENTOS RELEVANTES NO PROCESSO DE COPRODUÇÃO NA PERCEPÇÃO DA EQUIPE	
Gladys Milena Berns Carvalho do Prado	
Roberto Carlos dos Santos Pacheco	
DOI 10.22533/at.ed.44821010414	
CAPÍTULO 15.....	185
ENTIDADE ASSISTÊNCIAL: CENTRO DE REFERÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) DE SÃO JOÃO DA URTIGA	
Bruna Hariane da Costa	
Emanuel Zanandréa	
Valéria Fracaro	
Valquíria Scolari	
Willian Sbruzzi	
DOI 10.22533/at.ed.44821010415	
CAPÍTULO 16.....	204
ESTADO DA ARTE DA PESQUISA EM PERÍCIA CONTÁBIL: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA EM ESTUDOS NACIONAIS DURANTE O PERÍODO DE 2008 A 2018	
Clara Alice Spies	
Lucimara Aparecida Zancheta	
Liliane Dalbello	
DOI 10.22533/at.ed.44821010416	
CAPÍTULO 17.....	226
GOVERNANÇA METROPOLITANA NA ESCALA LOCAL FRAGILIDADES, ENTRAVES E POSSIBILIDADES DOS MUNICÍPIOS DO VETOR NORTE DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE	
Natália Aguiar Mol	
Sophia Guarnieri	
Barbara Lúcia Pinheiro de Oliveira França	
Jordan de Oliveira Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.44821010417	
CAPÍTULO 18.....	243
GUIA PRÁTICO DE ATENDIMENTOS EM COACHING COM FERRAMENTAS COMPORTAMENTAIS, DE PLANEJAMENTO E DE GESTÃO	
Vera Ruth de Carvalho Fidalgo	
Rilvanda Maria Pires Santos	
Caroline das Graças dos Santos Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.44821010418	
CAPÍTULO 19.....	275
IDENTIFICAR A RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM NA EMPREGABILIDADE DOS EGRESSOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO	
Luiz Laertes de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.44821010419	

CAPÍTULO 20	297
INCLUSÃO DIGITAL EM JOGOS DIGITAIS EDUCACIONAIS: ANÁLISE POÉTICA DO JOGO SOLITAIREQUIZ	
José Roberto Cordeiro Luciane Maria Fadel	
DOI 10.22533/at.ed.44821010420	
CAPÍTULO 21	309
INSTRUMENTO DE ENSINO E APRENDIZAGEM PARA O CONHECIMENTO CIENTÍFICO: ATIVIDADE INTEGRADORA DO PLANEJAMENTO A PRÁTICA	
Fábio Teixeira Lima Felipe Lopes de Lima Gernei Goes dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.44821010421	
CAPÍTULO 22	320
MU (SEU): ESPAÇO DE CONEXÃO COM O PÚBLICO	
Aline Tavares	
DOI 10.22533/at.ed.44821010422	
CAPÍTULO 23	332
NARRATIVAS DE VIDA DE SOR JUANA INÉS DE LA CRUZ: EXPRESSÃO HUMANISTA DOS DIREITOS DAS MULHERES NA AMÉRICA LATINA	
Adriana do Carmo Figueiredo	
DOI 10.22533/at.ed.44821010423	
CAPÍTULO 24	346
O PAPEL DE ATUAÇÃO E INTERVENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL(CRAS) DE UBATÃ-BAHIA E A POPULAÇÃO ATENDIDA ENTRE 2016 E 2017	
Pricila Pereira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.44821010424	
CAPÍTULO 25	359
OS ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM EM UM PLANO DE AULA SEGUNDO O MÉTODO DA NEOAPRENDIZAGEM	
Gladys Milena Berns Carvalho do Prado Graziela Grando Bresolin Patricia de Sá Freire Roberto Carlos dos Santos Pacheco	
DOI 10.22533/at.ed.44821010425	
CAPÍTULO 26	373
RACISMO, MACHISMO, SEXISMO NA PUBLICIDADE: UM DILEMA ENTRE A CRIATIVIDADE E O DISCURSO POLITICAMENTE CORRETO	
Marina Aparecida Espinosa Negri	
DOI 10.22533/at.ed.44821010426	

CAPÍTULO 27.....	388
TÉCNICAS DE ANÁLISE DE PROJETOS DE INVESTIMENTOS – UM ESTUDO DE CASO EM UMA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA	
Amanda Silva Abrão	
Glória de Freitas Rocha Ribeiro	
Leôncio Campos Gouveia	
Mariana de Pádua Alves	
Marcos Roberto Alves da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.44821010427	
CAPÍTULO 28.....	405
BIBLIOMETRIA COMO TRILHA DE CONHECIMENTO E PESQUISA	
Rafael Angelo Santos Leite	
Marina Bezerra da Silva	
Iracema Machado de Aragão	
Maria Emilia Camargo	
DOI 10.22533/at.ed.44821010428	
SOBRE AS ORGANIZADORAS.....	418
ÍNDICE REMISSIVO.....	419

CAPÍTULO 6

A RECEPÇÃO E A REELABORAÇÃO DO CONCEITO DE PLANIFICAÇÃO POR GUERREIRO RAMOS (1945-1953)

Data de aceite: 22/03/2021

Data da submissão: 19/01/2021

Alan Caldas

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos
São Carlos - SP
<http://lattes.cnpq.br/7011441525925785>

RESUMO: O presente trabalho procura investigar aquilo que Villas Bôas (2006, p. 11) identificou como a “lógica que define a leitura, a apropriação e a reelaboração de idéias” das tradições de pensamento dos países centrais pelos intelectuais dos países periféricos, ou seja, este trabalho procura compreender o perfil da tradição brasileira de pensamento social a partir da maneira como esta se apropria das ideias disponíveis no mercado simbólico internacional. Nosso escopo de análise se restringe ao modo como a noção de planificação, formulada por Karl Mannheim no contexto do nazifascismo, foi lida e apropriada nos trabalhos escritos entre 1945 e 1953 pelo sociólogo brasileiro Alberto Guerreiro Ramos. Os resultados da pesquisa indicam que na obra de Mannheim o conceito de planificação indica uma forma de organização social e de pensamento alternativas ao fascismo e ao liberalismo. Deste modo, Mannheim vê a planificação como resultado da superação da sociedade liberal e da forma de pensamento que lhe corresponde (o pensamento formal,

abstrato e técnico), em direção a uma sociedade mais interdependente onde deveria vigorar um pensamento histórico concreto (o pensamento planificado). Já na apropriação do conceito feita por Guerreiro Ramos, a planificação passou a corresponder a uma forma de ação e pensamento que procurava superar a situação colonial que ainda vigorava no Brasil e superar as heteronomias decorrentes do prestígio das ideias estrangeiras sobre a mente dos cientistas sociais brasileiros. Neste sentido, Ramos transformou o problema geral da planificação no problema específico de uma teoria pragmática, historicamente e socialmente localizada capaz de fomentar o desenvolvimento das nações periféricas.

PALAVRAS - CHAVE: Guerreiro Ramos. Karl Mannheim. Planificação.

THE RECEPTION AND REELABORATION OF THE CONCEPT OF PLANNING BY GUERREIRO RAMOS (1945-1953)

ABSTRACT: The present work seeks to investigate what Villas Bôas (2006, p. 11) identified as the “logic that defines the reading, the appropriation and the re-elaboration of ideas” of the thinking traditions of the central countries by the intellectuals of the peripheral countries, that is, this work seeks to understand the profile of the Brazilian tradition of social thought from the way it appropriates the ideas available in the international symbolic market. Our scope of analysis is restricted to how the notion of planning, formulated by Karl Mannheim in the context of Nazifascism, was read and appropriated in the

works written between 1945 and 1953 by the Brazilian sociologist Alberto Guerreiro Ramos. The results of the research indicate that in Mannheim's work the concept of planning indicates a form of social organization and thought that is an alternative to fascism and liberalism. In this way, Mannheim sees planning as a result of overcoming liberal society and the corresponding form of thinking (formal, abstract, and technical thinking), towards a more interdependent society where concrete historical thinking should prevail (planned thinking). Already in the appropriation of the concept made by Guerreiro Ramos, planning started to correspond to a form of action and thought that sought to overcome the colonial situation that still prevailed in Brazil and to overcome the heteronomy resulting from the prestige of foreign ideas on the minds of Brazilian social scientists. In this sense, Ramos transformed the general problem of planning into the specific problem of a pragmatic, historically, and socially located theory capable of fostering the development of peripheral nations.

KEYWORDS: Guerreiro Ramos. Karl Mannheim. Planning.

1 | INTRODUÇÃO: O PROBLEMA DA RECEPÇÃO

Sendo o Brasil um país periférico tanto em termos econômicos, sociais e políticos, quanto em termos culturais, ele é um consumidor das ideias e conceitos produzidos, principalmente, nos países centrais como Estados Unidos, Alemanha, França e Inglaterra. Assim, a primeira vista, parecem que as ideias estão fora do lugar, pois perdem as correspondências com seus contextos de nascimento. Todavia, nem todas as ideias e notas conceituais produzidas no centro são apropriadas na periferia e nem os diversos elementos de uma construção conceitual possuem a mesma ênfase quanto transportados de um país para outro. Na verdade, como percebeu, entre outros e outras, a estudiosa do pensamento brasileiro, Glaucia Villas Bôas (2006, p. 11), há uma certa “lógica que define a leitura, a apropriação e a reelaboração de idéias” e que informa tanto sobre a identidade cognitiva do campo intelectual dos países periféricos, quanto sobre os problemas concretos que os intelectuais desses países enfrentam.

Dizer que existe uma lógica de leitura, apropriação e reelaboração de ideias própria aos países periféricos significa, em primeiro lugar, que a leitura não é um processo passivo, pois os leitores participam ativamente na construção do significado. Significa também que a construção do significado não é um processo individual e aleatório, mas sim coletivo, quer dizer, são gerações inteiras que participam do trabalho de se apropriar das ideias estrangeiras e de torná-las funcionais nos seus contextos regionais. Por fim, significa que há um conjunto de problemas, oriundos de uma realidade específica, para os quais o processo de importação das ideias produzirá encaminhamentos e soluções.

O tema da recepção opõe-se ao estudo das influências que, necessariamente, gera uma hierarquia entre mestres e discípulos, hierarquia esta que corresponde as distâncias que separam países periféricos e países centrais, quer dizer, não é por coincidência que os mestres do pensamento estão no centro e os discípulos estão na periferia, desta forma,

o estudo das influências intelectuais termina por legitimar as desigualdades na divisão internacional do trabalho teórico. Portanto, nos estudos da recepção não se trata de saber como um autor influenciou o outro e sim de saber como “leitores localizados histórica e socialmente, podem ou não, em certos momentos, encontrar na leitura de uma obra ‘resposta’ para suas perguntas e expectativas” (VILLAS-BÔAS, 2006, p. 66).

Podemos traçar, de modo geral, a lógica de recepção própria ao campo sociológico brasileiro dos anos de 1940-1960, a partir da sua oposição com as gerações anteriores e posteriores e, neste contexto, compreender a importância de Mannheim nesse campo, autor que, neste período, tinha mais penetração no Brasil do que Max Weber e Émile Durkheim (VILLAS-BÔAS, 2002). De um lado, a geração de sociólogos de 1940-1960 combatiam o ensaísmo, o diletantismo e visão política dos grandes homens como motor da história. Sua arma neste combate era “uma concepção universalista, progressista e evolucionista da história” que possibilitava legitimar a sociologia como ferramenta de construção da sociedade moderna no Brasil (VILLAS-BÔAS, 2002, p. 137). Por outro lado, essa geração de sociólogos era mais aberta aos problemas de seu tempo histórico do que as gerações futuras que, inseridas num mercado acadêmico já consolidado, tinham preocupações mais teóricas e menos ligadas à realidade efetiva. É dentro da perspectiva de produzir a mudança social a partir do fomento dos processos de racionalização acompanhantes do desenvolvimento da indústria e da burocracia nacional que o tema da planificação é apropriado por toda uma geração de sociólogos como Guerreiro Ramos, Costa Pinto, Florestan Fernandes, entre outros. A partir de um modelo de sociedade industrializada e racionalizada, esses sociólogos mediam o atraso brasileiro, identificavam esse atraso como uma fase no processo histórico, e propunham meios para superar essa fase. Assim, a planificação representa, ao mesmo tempo, uma nova fase das sociedades industriais e um conjunto de tarefas históricas que levariam uma sociedade pós-colonial para as fases mais avançadas do desenvolvimento capitalista do Ocidente.

O presente trabalho procura investigar aquilo que Villas Bôas (2006, p. 11) identificou como a “lógica que define a leitura, a apropriação e a reelaboração de idéias” das tradições de pensamento dos países centrais pelos intelectuais dos países periféricos, ou seja, este trabalho procura compreender o perfil da tradição brasileira de pensamento social a partir da maneira como esta se apropria das ideias disponíveis no mercado simbólico internacional. Nosso escopo de análise se restringe ao modo como a noção de planificação, formulada por Karl Mannheim no contexto do nazifascismo, foi lida e apropriada nos trabalhos escritos entre 1945 e 1953 pelo sociólogo brasileiro Alberto Guerreiro Ramos. Os resultados da pesquisa indicam que na obra de Mannheim o conceito de planificação indica uma forma de organização social e de pensamento alternativas ao fascismo e ao liberalismo. Deste modo, Mannheim vê a planificação como resultado da superação da sociedade liberal e da forma de pensamento que lhe corresponde (o pensamento formal, abstrato e técnico), em direção a uma sociedade mais interdependente onde deveria

vigorar um pensamento histórico concreto (o pensamento planejado). Já na apropriação do conceito feita por Guerreiro Ramos, a planificação passou a corresponder a uma forma de ação e pensamento que procurava superar a situação colonial que ainda vigorava no Brasil e superar as heteronomias decorrentes do prestígio das ideias estrangeiras sobre a mente dos cientistas sociais brasileiros. Neste sentido, Ramos transformou o problema geral da planificação no problema específico de uma teoria pragmática, historicamente e socialmente localizada capaz de fomentar o desenvolvimento das nações periféricas.

1.1 O que é planificação para Mannheim?

O conceito de planificação é central na obra de Karl Mannheim. Ele é parte fundamental do diagnóstico que o autor realizou acerca do problema da racionalidade nas sociedades de massa da primeira metade do século XX. Sua obra central sobre o problema da planificação social é *Homem e sociedade numa era de reconstrução social*, publicada em 1935, enquanto o autor ainda vivia na Alemanha, em pleno período de ascensão do fascismo. O livro foi publicado em inglês em 1940 e acrescido de mais três capítulos (foi com a tradução espanhola desta última publicação que Ramos tomou contato com a obra). Embora constituído de ensaios que prescrevam a vida da moderna sociedade de massas sob diversas perspectivas, o livro em sua totalidade traz uma tese central: o princípio estrutural da concorrência que organizou as sociedades liberais de épocas anteriores, está sendo substituído pelo princípio da regulação e isto produz uma variedade de novos fenômenos nas variadas esferas sociais. Segundo Mannheim (1962), isto fica evidente em diversos fenômenos sociais: na arena econômica, onde “a técnica da indústria em grande escala leva os detentores da propriedade individual a abandonar sua atitude de competição mútua, a combinar seu capital e formar emprêsas e organizações industriais cada vez maiores” (p. 79-80); na arena política, com o surgimento de mecanismos de controle e regulação das massas operados pelos regimes totalitários; na cultura, com o desenvolvimento dos meios de propaganda de massa que buscam orientar o comportamento das populações.

O tema da planificação é um desenvolvimento da crítica da racionalidade desenvolvida por outros sociólogos, sobretudo, Max Weber. No entanto, há algumas diferenças fundamentais no modo como os dois sociólogos perceberam o problema da racionalização. A obra de Weber é toda ela estruturada para “reconhecer a peculiaridade específica do racionalismo ocidental” (WEBER, 1999, p.11; SELL, 2012). Para tratar desta questão ele estudou os múltiplos processos de racionalização que ocorrem em diferentes esferas da vida social, por exemplo, a religiosa, a ética, a política, a econômica, etc. Na esteira de Weber, Mannheim também procurou compreender a especificidade dos processos de racionalização que se deram no Ocidente, todavia, para ele, a separação de esferas era um princípio válido apenas para as sociedades liberais regidas pela concorrência individual, nas sociedades de massa do século XX, regidas pelo princípio da regulamentação, a separação de esferas seria um princípio obsoleto, pois aí os diversos

campos sociais se articulam entre si para produzir os fenômenos sociais. Assim, em primeiro lugar, a planificação é uma forma de pensamento que procura compreender a interdependência da ordem social e agir sobre ela (MANNHEIM, 1962).

Entre os dois autores há também diferenças metodológicas. Ao analisar os processos de racionalização, em vez de usar múltiplos tipos ideais separados, como fazia Weber, Mannheim deu preferência para a construção de conceitos sistêmicos e sintéticos que correlacionavam diversos desses tipos em poucas unidades conceituais. Assim, o conceito de planificação é uma síntese dos vários tipos de racionalidade detectados por Weber na história humana. Já Mannheim distinguiu apenas dois tipos de condutas, as substantivas e as funcionais e, em seguida, indicou que cada um desses tipos se subdividem em racionais e irracionais. Deste modo, ele agrupou os quatro tipos de ação (afetiva, tradicional, relacionada aos valores, relacionadas à calculabilidade) e os quatro tipos de racionalidade weberianos (teórica, prática, formal e substantiva) (KALBERG, 1980) em duas formas básicas de orientação da ação e de racionalidade, a substantiva e a funcional e da síntese entre estas duas produziu o conceito de planificação.

Segundo Mannheim, uma conduta racional substantiva é aquela que não apenas dá inteligibilidade ao fluxo do real subjungando este a determinados valores de modo a inter-relacionar inteligentemente diversos eventos e dar lhes sentido (quer dizer, como Weber conceituava essa forma de racionalidade), como também para ser substancialmente racional a conduta deve ser verdadeira e, além disso, possuir um sentido pragmático de diagnosticar e de propor soluções aos problemas práticos da vida social. Com essa conceituação, Mannheim inter-relacionou quatro tipos que estavam separados em Weber: a ação racional referida a valores, a racionalidade prática, a racionalidade teórica e a racionalidade substantiva (MANNHEIM: 1962).

Já a racionalidade funcional envolve os tipos ideais de ação racional referida à fins, de racionalidade prática e de racionalidade funcional. Do ponto de vista da máxima funcionalidade de um sistema, as condutas podem ser subdivididas em funcionalmente racionais e funcionalmente irracionais. Neste caso, aqui o termo racional significa “uma série de medidas organizadas de forma a levar a um objetivo previamente definido, recebendo todos os elementos dessa série de atos uma posição e um papel funcionais” (MANNHEIM: 1962, p. 63-64). Já são condutas funcionalmente irracionais aquelas que rompem a coordenação da ação baseada num objetivo definido externamente ou que não calcule seus resultados em vista de um fim dado. Reencontramos aqui o conflito entre as formas de racionalidade, já presentes em Max Weber (SELL, 2012), pois não apenas atos substancialmente irracionais, como as fantasias ou as explosões de ira, podem atrapalhar a coordenação funcional dos atos, como também todos os atos intelectuais e morais que visem valores éticos sem se atentar para as consequências efetivas desses valores podem ser funcionalmente irracionais.

Mannheim reatualizou, então, no seu diagnóstico dos acontecimentos hodiernos,

a tensão entre a racionalidade funcional e a racionalidade substantiva que, segundo ele, levou à falência da sociedade liberal, pois nessa sociedade ocorreu o que ele chamou de um “*desenvolvimento desproporcional* das faculdades humanas”, em suas palavras: “o desenvolvimento do moderno domínio técnico sôbre a natureza está quilômetros à frente do desenvolvimento da capacidade moral do homem e de seu conhecimento da ordem e do contrôle social” (MANNHEIM: 1962, p. 52).

A tarefa que Mannheim atribuiu aos intelectuais e às lideranças políticas, para harmonizar as faculdades morais e técnicas da civilização, é o desenvolvimento do pensamento planejado. Certamente, esta é a ideia central de Mannheim. Ela é muito complexa porque é uma forma de racionalidade que envolve todas as categorias mencionadas até agora, quer dizer, ela envolve tanto a racionalidade substantiva e a funcional como as formas de pensamento irracionais. Correndo o risco de imobilizar essa noção tão dinâmica, analisaremos abaixo suas notas conceituais.

O primeiro ponto a destacar é que o pensamento planejado está envolvido na realização de certos valores, isto é, apoia-se sobre o que Weber chamou de ação racional referida a valores. Isto fica claro nas questões centrais postas por Mannheim, que são as seguintes:

até que ponto a história é dirigida pela reflexão racional e até que ponto pelas forças irracionais, até que ponto a conduta moral pode ser formulada na sociedade, ou até que ponto as reações impulsivas cegas são decisivas nos momentos cruciais da história”? (MANNHEIM, 1962, p. 50-51).

De um lado, a planificação visa os valores iluministas, isto é, “a reverência pela razão”, a tolerância e a liberdade; de outro lado, ela envolve a moralidade no sentido da responsabilidade com o maior número possível de seres humanos, tal como a ética da responsabilidade weberiana, ela procura prever, em nível sistêmico, o resultado das ações individuais.

O segundo ponto é que a planificação envolve os mais altos níveis de racionalização funcional alcançados pela civilização industrial até então. Nesta perspectiva, trata-se de refletir sobre os meios adequados para assegurar que aqueles valores mencionados acima sejam efetivados dentro das condições técnicas e sociais do mundo de então. Deste ponto de vista, “a planificação é a estratégia, e esta é um processo no qual uma ação requer somente o meio de realizar-se durante a própria ação”, portanto, em tal contexto, “as ações devem ser dirigidas (...) no sentido dos meios mais capazes de levar do *status quo* ao objetivo desejado” (MANNHEIM, 1962, p. 234).

O terceiro ponto diz respeito ao tipo específico de racionalidade teórica envolvida na planificação. Enquanto na sociedade liberal prevaleceu um tipo de razão “inventiva” que construía seus objetos num espaço abstrato balizando-se pelos limites artificiais das esferas sociais, na sociedade de massas, deve prevalecer o pensamento histórico concreto que opera em termos de interdependência das esferas e constrói racionalmente seus

objetos tendo em vista as características de um espaço historicamente dado, ou seja, os *principia media*¹ de uma época.

Por fim, o quarto ponto a destacar é que a planificação rompe as barreiras entre teoria e prática, ou seja, ela é eminentemente pragmática estando envolvida não apenas teoricamente numa situação histórica dada, mas também procurando dar soluções para a ação coletiva. A planificação funda-se no “processo orgânico pelo qual todo ato de pensamento é essencialmente uma parte da conduta”, quer dizer, o pensamento concebido como “um instrumento de vida e ação” (MANNHEIM, 1962, p. 217). Para além do pragmatismo norte-americano, que já havia dissolvido a barreira formal entre teoria e prática, a planificação é um instrumento de intervenção na vida social, através dos *principia media* pode-se descobrir posições-chave a partir das quais os efeitos da ação individual são amplificados e transmitidos ao conjunto da estrutura social.

A partir dessas quatro características, evidencia-se a amplitude da estrutura que compõe a noção de planificação, não sendo, portanto, mero raciocínio técnico como o uso da expressão no senso comum sugere.

1.2 O que é planificação para Guerreiro Ramos?

1.2.1 A recepção do tema (1945-1950)

Em janeiro e fevereiro de 1945, Francisco Ayala, intelectual espanhol que após ter vivido os ocasos da República de Weimar e da Segunda República Espanhola e que, além disso, havia traduzido o referido livro de Mannheim sobre a planificação para o espanhol (1936), vivia no Rio de Janeiro e foi convidado pelo diretor do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), no qual trabalhava também Ramos, para dar um curso de sociologia, o convite foi aceito e Ayala ministrou o referido curso nos primeiros meses de 1945. Foi provavelmente a partir desse encontro, que Ramos teve contato com as obras de Mannheim.

Em uma entrevista dada em junho de 1945, Ramos (1945, p.3) já era apresentado como alguém que “se dedicava a estudos de planificação econômica e social”. Nessa entrevista, Ramos defendeu a planificação como “técnica neutra”, afastada de quaisquer valores substantivos.

Em abril de 1946, Ramos (1946a) escreveu que enfatiza a capacidade da sociologia do conhecimento² em libertar os projetos de planificação de todo e qualquer resíduo

1 Mannheim assim define o significado de *principia media*: “*Os principia media* (...) são, em última análise, forças universais num meio concreto, integradas em função de vários fatores atuando num determinado lugar, em determinado momento - uma combinação de circunstâncias que pode não se repetir-se nunca mais. São, de um lado, redutíveis aos princípios gerais nêles encerrados (...). Mas de outro lado, devem ser tratados em seu meio concreto, quando os encontramos em certas fases de desenvolvimento, e observadas nas formas que tomam individualmente, com certos subprincípios característicos, peculiares a eles, exclusivamente” (MANNHEIM, 1962, p. 190).

2 A sociologia do conhecimento é um método de investigação sociológica que procura estabelecer os nexos entre a realidade simbólica e a estrutura social. Mannheim foi um dos principais nomes relacionados a esse método. Sobre o desenvolvimento da sociologia do conhecimento, ver Mannheim (1986).

ideológico.

No mesmo mês do artigo anterior, Ramos publicou outro estabelecendo uma relação entre a teoria da demora cultural desenvolvida na sociologia norte-americana e a da planificação desenvolvida na obra de Mannheim. Ambas as teorias serviriam para diagnosticar a “falta de consistência do mundo moderno”, o que remete à questão dos descompasso entre as racionalidades substantivas e as racionalidades funcionais, ou seja, entre o desenvolvimento moral e o desenvolvimento técnico da humanidade.

Em maio de 1946, Ramos publicou um artigo procurando resolver o conflito entre conduta política e conduta administrativa. Ele retomou o diagnóstico weberiano e manheimiano de que as racionalidades estão em conflito na sociedade moderna e, por isso, produzem irracionalidades. Tendo isto em vista, argumentou que somente a política, através da inovação contante e da assunção de responsabilidades, pode dominar essa irracionalidade e garantir o desenvolvimento social (RAMOS: 2012).

Já em junho do mesmo ano, ele publicou uma longa resenha da obra de Weber, por ocasião da primeira tradução de *Economia e Sociedade*, feita pela editora mexicana Fondo de Cultura Económica. A lógica de leitura que Ramos fez de Weber foi guiada, em muitos aspectos, pelo tema da planificação. As notas pragmáticas deste conceito ficam claras em afirmações como esta: “a sociologia weberiana é, ela mesma, uma ferramenta, um instrumento que pode ser utilizado na organização da sociedade” (RAMOS: 2006, p. 268). A mesma ressonância ocorre quando Ramos se apropriou do conceito de tipo ideal, afirmando que “na base da crítica típico-ideal das instituições é que podemos intervir na organização da sociedade” (p. 272-3). O conflito de racionalidades também se fez presente nesse texto, na medida em que para Ramos, os modos de vida fundados em valores absolutos são extemporâneos à sociedade moderna caracterizada pela racionalização funcional em todas as suas esferas, para ele, nesse momento de sua carreira, nessas sociedades somente éticas da responsabilidade podem ter lugar.

No fim do ano de 1946, Ramos finalmente publicou um artigo focando exclusivamente no conceito de planificação. Ali ele descreveu a mudança do princípio da concorrência para o princípio estrutural da regulação, de onde decorreria a necessidade da planificação, da desideologização do pensamento interventivo pela sociologia, da intervenção Estatal na economia, da afirmação de éticas da responsabilidade em detrimento de éticas substantivas.

Outro artigo de Ramos (1947b) relacionou as pesquisas sobre consumo e padrão de vida à planificação, uma vez que caberia ao Estado compensar as desigualdades produzidas pelo ainda vigente princípio da competição, garantindo ao trabalhador o poder de compra necessário para manter a dignidade de sua família.

Nos obituários que Ramos escreveu sobre Mannheim (1947c, 1947d), esse figura como um pensador cujo problema central envolvia uma conciliação da racionalidade substantiva com a funcional, pois “para Mannheim, a questão social fundamental do nosso tempo é saber que espécie de planificação se concilia efetivamente com a liberdade”

(RAMOS: 1947d, p. 120-121).

Em 1949, para o provimento do cargo de Técnico de Administração do quadro permanente do DASP, Ramos apresentou a tese *Uma Introdução ao Histórico da Organização Racional do Trabalho*. Trata-se de uma pequena contribuição ao debate sobre a planificação. Utilizando-se do raciocínio da interdependência, Ramos procurou mostrar como o taylorismo e o fordismo se relacionam com o processo de racionalização das esferas ocorrido no Ocidente. A tensão entre as racionalidades funcionais e substantivas perpassa o texto: de um lado, os processos de racionalização do trabalho parecem inevitáveis e devem ser desenvolvidos em vista da produtividade; por outro lado, eles são “uma espécie de camisa de força com a qual se submetia o operário” (RAMOS: 2008, p. 103). Por desconsiderar os processos de racionalização substantivos, o raciocínio planejador de Ramos encontrava-se limitado a concluir que “a indústria subverteu, de maneira quase vertiginosa, os contextos sociais milenarmente estabelecidos, sem nada desenvolver em seu lugar” (ib., p. 114-5).

A partir dos textos apresentados, podemos afirmar que, durante os anos de 1945 a 1950, a noção de planificação foi apropriada por Guerreiro Ramos como uma técnica neutra de intervenção na vida social, ou seja, que deve operar para além das ideologias e dos valores, exceção feita à ética da responsabilidade.

1.2.2 O desenvolvimento de um pensamento planejador desenvolvimentista na periferia do capitalismo

Entre 1950 e 1953, houve muitos acontecimentos na vida de Ramos. Este período correspondeu à sua saída do DASP, à sua participação no grupo Itatiaia (1952) e no Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP, 1953-1955). A partir dessas novas vivências, Ramos aproximou-se daquilo que Pecáut (1990) chamou de cultura política dos intelectuais brasileiros. A partir de então sua preocupação passou a ser produzir diagnósticos acerca da realidade global do Brasil e propor formas de planificação para os problemas brasileiros que passavam pela racionalização das esferas econômicas, administrativas e culturais. Neste contexto, o desenvolvimentismo se tornou a teoria hegemônica entre os intelectuais públicos do período, formou-se, portanto, um consenso de que o melhor meio de superação da pobreza, das diferenças econômicas e sociais entre centro e periferia do mundo seria o crescimento econômico autossustentado por meio da industrialização (BIELSCHOWSKY: 2004).

Neste momento, Ramos fez a síntese da ideia do pensamento planejado com a teoria desenvolvimentista cepalina e com algumas teses do que hoje chamamos pensamento social brasileiro. Em síntese, podemos dizer que Ramos acolheu em sua obra os principais temas relativos ao processo de modernização brasileira e ao próprio papel da sociologia nesse contexto, em um período bastante complexo da história brasileira que vai do período democrático nacional desenvolvimentista à implementação do regime militar.

É evidente que esta síntese demandou um trabalho especificamente intelectual, por isso é preciso compreender os diversos níveis nos quais a teoria desenvolvimentista latino-americana e as teses do pensamento social brasileiro foram soldadas por Ramos à teoria da planificação mannheimiana.

Houve um outro acontecimento marcante para a carreira intelectual de Ramos, tratou-se de sua participação no *II Congresso Latino Americano de Sociologia* realizado no Rio de Janeiro, entre 10 e 17 de julho de 1953. Neste evento, Ramos presidiu a Comissão de Estruturas Nacionais e Regionais e, nesta condição, apresentou um documento contendo nove teses que buscavam regular o trabalho sociológico em um contexto periférico em vista da “emancipação cultural dos discentes”, das “disponibilidades da renda nacional”, da intensificação do processo de acumulação de capital nacional, da “melhoria das condições de vida da população” e do letramento das populações indígenas e afro-americanas (RAMOS, 1995, p. 105-106). Estas teses que, em suma, defendiam uma particularização do raciocínio sociológico em vista da sociedade em que este raciocínio deveria se enraizar, foram desaprovadas e rechaçadas em nome do universalismo científico e da liberdade plena de pesquisa. Ramos ficou muito indignado e se sentiu pessoalmente atacado. Sublimando essa indignação, publicou uma série de nove artigos no *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, entre 26 de julho e 4 de outubro de 1953, defendendo suas posições e propondo uma teoria dos aspectos globais da sociedade brasileira. Estes artigos compuseram a primeira parte da *Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo* que posteriormente foi republicada como a segunda parte da *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira* (1957). Para nós, estes textos demarcam o início da fase madura do pensamento de Ramos. Ali se verifica uma complexificação de seu pensamento através da transformação do problema da planificação em geral em uma teoria do desenvolvimento moldada à realidade de uma nação periférica.

Começemos por analisar a nova teoria da planificação de Ramos da perspectiva de sua epistemologia. A primeira ênfase a ser feita é a adoção do pensamento da interdependência das esferas, como vimos, característica fundamental do pensamento planificado. Neste sentido, argumentou Ramos que “nada está solto na estrutura social, mas todos os seus aspectos estão dinamicamente relacionados”, daí ser tarefa do sociólogo “superar a visão parcelada das necessidades do país, substituindo-a por uma visão unitária de sua contextura integral” (RAMOS, 1995, p. 137, 134). Disto resulta um segundo aspecto importante que é o fato de que a sociologia sempre estuda contextos históricos particulares, cuja compreensão demanda princípios singulares. Ramos insistiu que é preciso investigar os *principia media* da realidade periférica. Em vista disto, ele defendeu que “é necessário, por meio de um processo de estilização científica, transportar para o plano abstrato dos conceitos as realidades históricas efetivas” (RAMOS, 1995, p. 144). Ou, em outra formulação do mesmo princípio, ele colocou como tarefa dos sociólogos “elaborar de modo dinâmico as categorias do pensamento sociológico brasileiro, dando nome às forças e tendências ínsitas na realidade nacional” (RAMOS, 1995, p. 144).

O pragmatismo é outra dimensão de relevo nessa estilização periférica da racionalidade planejada. Para Ramos não existe teoria gratuita, toda formulação é a resposta a um problema colocado pela situação existencial do pensador. Ele formulou esse princípio de diversas maneiras, por exemplo, quando afirmou que “a melhor maneira de fazer ciência é a partir da vida, ou ainda, a partir da necessidade de responder aos desafios da realidade” (RAMOS, 1995, p. 105). Na teoria do desenvolvimento de Ramos não existe linha que separe teoria e prática. Isto fica claro na seguinte afirmação: “a ação social sobre as condições objetivas das estruturas nacionais e regionais (...) deve emergir, de modo dinâmico, da relação interativa entre o pensamento e os fatos” (p. 112).

Um dos grandes saltos do pensamento planejador e desenvolvimentista de Ramos se deu em torno das racionalidades funcionais que, assim como nos trabalhos de juventude, assumem o primeiro plano no processo racionalizador da periferia (enquanto nos trabalhos de Mannheim, esse plano é ocupado pela racionalidade substantiva). É a racionalidade econômica, orientada pelo princípio da responsabilidade social, como veremos adiante, que dirigirá o processo de desenvolvimento. Todavia, não se trata das leis gerais da economia liberal clássica, mas sim daquelas formuladas pela CEPAL de modo ajustado à realidade latino-americana que adquirem força paradigmática para Ramos.

A ideia central que Ramos transplantou para sua nova teoria da planificação é a de que todos os fatores de produção devem ser combinados da maneira mais eficiente para gerar aumento do capital nacional de modo que, por sua vez, este possa financiar o desenvolvimento industrial do país, favorecer a consolidação do mercado interno e melhorar as condições de vida da população nacional. Evidentemente, isto implica o processo de substituição de importações de modo que se procure importar apenas fatores de produção que sirvam para aumentar a velocidade da capitalização dos países periféricos. Deste modo, é através da máxima racionalização funcional em vista do acúmulo de capital nacional que se pode acelerar o incremento da taxa de investimento interna em bens de produção que ajudem a melhorar a vida da população nacional. Assim, com a ajuda da teorização da CEPAL, Ramos começou a desenvolver uma concepção singular acerca dos processos de racionalização funcionais próprios à periferia do capitalismo.

Ele prosseguiu a sua teorização levando a racionalização funcional periférica aos limites da coerência: se todos os fatores de produção devem ser coordenados funcionalmente em vista do aumento da acumulação, também a ciência, sobretudo, a sociologia, que é um fator de produção, deve subordinar sua prática à racionalidade econômica. Neste sentido, Ramos não se utilizou de nenhum subterfúgio e apresentou sua polêmica tese de que “o trabalho sociológico em país periférico, muito menos do que qualquer outro, não pode permanecer descomprometido do processo de acumulação de capital” (RAMOS, 1995, p. 135).

Ramos tinha consciência clara de que a estrutura da sociedade brasileira passava por um “momento de transformação qualitativa” devido ao surgimento de um mercado interno

e de uma crescente industrialização. Nestas condições, o trabalho intelectual tornava-se “fator decisivo de aceleração do progresso” de modo que “os recursos intelectuais estão cada vez mais sendo regidos por critérios econômicos. Passaram à categoria de fatores produtivos que têm de ser aplicados segundo a lei do rendimento máximo” (p. 139).

Mesmo que ainda subordinados às racionalidades funcionais, os elementos substancialmente racionais começam a ganhar destaque em seu pensamento. Dois valores são fundamentais, de um lado, aquela reverência pela razão que caracteriza o Iluminismo e, por outro lado, a responsabilidade social. Tanto o trabalho sociológico deve ser “um meio de esclarecimento e autoconsciência das sociedades”, uma forma de “promoção da autoconsciência de cada sociedade latino-americana” (RAMOS, 1995, p. 112) e um exercício de “capacidade de autonomia e de assenhoramento das forças particulares da sociedade” (RAMOS, 1995, p. 128); quanto é preciso responsabilidade no sentido de um esforço “em vincular-se à vida coletiva” tendo em vista “a melhoria das condições de vidas das populações” (RAMOS, 1995, p.111, 106).

Por fim, temos o diagnóstico de Ramos sobre a realidade brasileira se complexificando. Na sua busca das leis particulares que regem a formação brasileira, ele começou a se apropriar das tradições do pensamento nacional. Haveria uma corrente autêntica do pensamento social brasileiro que se caracterizaria pelo caráter pragmático, pela responsabilidade com a nação e pelo pensamento entrelaçado à realidade brasileira. Esta linhagem envolveria Silvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres e Oliveira Vianna, este último sendo tido como o grande sintetizador desta corrente.

De Euclides da Cunha e de Oliveira Vianna, Ramos se apropriou da tese de que as instituições brasileiras estão em descompasso com a realidade concreta do país. Ele generalizou esta tese com a seguinte fórmula: a história brasileira se caracteriza pelo “conflito entre o elemento eidético e o elemento fático” (RAMOS, 1953, p. 29).

Mas por que as ideias e instituições estariam aparentemente desvinculadas da realidade brasileira? Em primeiro lugar, em decorrência da colonização. As instituições e as ideias estariam em descompasso porque foram *transplantadas* para cá pelo processo colonial, quer dizer, instituições que eram organicamente ligadas à realidade dos países europeus foram para cá trazidas com o intuito de explorar o país e não de desenvolvê-lo. O descompasso é ele próprio um vínculo com o interesse de um grupo, qual seja, o das elites portuguesas colonizadoras do país.

Depois da Independência, as elites construtoras da nação, diante do problema de criar novas instituições, continuaram o processo de transplantação. Todavia, segundo Ramos, “Oliveira Viana viu aqui meia verdade” (RAMOS, 1995, p. 29), pois ainda que o idealismo utópico seja um fato na formação histórica das elites brasileiras, Vianna não o conseguiu explicar corretamente porque assim como a maioria dos “escritores nascidos com a República”, ele teria adotado “uma concepção psicologista do processo histórico-social”, desta forma, supondo que o problema do idealismo utópico deriva da ingenuidade

e da falta de bom senso e que poderia ser corrigido por atos meramente psicológicos. Uma análise sociológica revela, entretanto, para Ramos, que aquela conduta

idealista-utópica foi, muitas vezes, menos decorrência da imitação voluntária do que um expediente pragmático a que tiveram imperativamente de recorrer a fim de racionalizar ou justificar interesses e reivindicações de grupos e facções atrelados a tendências nem sempre ilegítimas da sociedade nacional (RAMOS, 1995, p. 79).

Seria um erro de Oliveira Vianna, segundo Ramos, olhar a transplantação somente pelo lado negativo, insistindo “muito em sublinhar o fracasso das transplantações, o qual, segundo ele, seria imposto pela força dos costumes e do caráter nacional” (p. 279). Ramos argumentou que “a transplantação foi um acidente inevitável (...) em todos os contextos coloniais”, exercendo nestes um papel articulador entre as sociedades neolíticas e as sociedades modernas, de modo que, do ponto de vista do aumento da racionalidade funcional, “graças a elas [transplantações] saltamos várias etapas de desenvolvimento” (p. 273). Desta maneira, a razão sociológica para a existência do transplante de instituições é a necessidade do Brasil se conectar com a história mundial do ponto de vista das racionalidades funcionais. Desta razão decorre uma mudança fundamental do problema da transplantação, o que interessa agora não é apenas indicar que as transplantações criam descompassos na realidade nacional, mas distinguir entre transplantações que levam ao desenvolvimento e as que levam ao subdesenvolvimento.

Deste modo, no Brasil, a planificação é, sobretudo, um processo de transplantação de instituições de modo a acelerar o desenvolvimento. Aqui se pode compreender o problema da transplantação através da teoria de substituição de importações, isto permite a percepção de dois tipos de transplantação:

Há que distinguir entre transplantações *predatórias* e transplantações *acelerativas*. As primeiras desgastam economicamente os países coloniais, sacrificando as disponibilidades de suas rendas em consumos descapitalizantes. É o caso de muitos aspectos do nosso sistema educacional, de nosso mecanismo administrativo e de outros setores institucionais da vida brasileira, visivelmente carecentes de funções positivas. As transplantações acelerativas contribuem para incrementar a velocidade da capitalização dos países periféricos. A CEPAL se esmerou no estudo deste tipo de problemas. Entre tais transplantações acelerativas estão, por exemplo, as máquinas, os processos fabris de alto rendimento, certas formas especializadas de instrução e educação (RAMOS, 1995, p. 117).

2 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A recepção do problema da planificação no pensamento de Guerreiro Ramos entre 1945 e 1953 orientou-se pela ênfase nos aspectos funcionais da racionalidade. Nesse período, há no pensamento do sociólogo baiano, um otimismo e um entusiasmo acerca do

poder transformador das formas de racionalidade funcionais. Esta leitura ativa, apropriação e reelaboração do conceito de planificação respondia a problemas colocados, de um lado, pelo modelo de desenvolvimento urbano e industrial centrado na agência do Estado (inaugurado por Getúlio Vargas e continuado por seus sucessores), e, de outro lado, às disputas em torno dos valores que seriam institucionalizados no mercado acadêmico em formação no Brasil. Deste modo, ainda que reconheça que essas racionalidades podem se transformar em uma “camisa de força” que coage as singularidades da pessoa humana, ele ressaltou seu poder de transformar uma sociedade tradicional apoiada ainda numa economia agrícola, num poder patrimonialista, numa política de clientelismo e na alienação cultural. Por fim, com a ajuda de temas cepalinos e do pensamento social brasileiro, Ramos realizou uma nova composição em torno do conceito de planificação, concebendo-o como raciocínio transplantativo de instituições de um contexto para outro em vista do desenvolvimento, o que ele chamará de *redução sociológica*.

REFERÊNCIAS

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. - 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004

MANNHEIM, Karl. **O homem e a sociedade: estudos sôbre a estrutura social moderna**. Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editôres, 1962.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. 4. ED. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. Tradução de Sérgio Magalhães Santeiro.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Uma opinião: mais sociologia e menos política**. A Manhã. Rio de Janeiro, p. 3-6. 17 jun. 1945.

_____. A Revolução copernicana na sociologia. **A Manhã**. Rio de Janeiro, Ano VI, n. 1436, 14 abril. 1946a.

_____. Notas sôbre planificação social. **Revista do Serviço Público**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p.163-166, dez. 1946b. Ano IX. Disponível em <http://www.cra-rj.adm.br/publicacoes/DASP/alberto_guerreiro/notas_sobre_planificacao_social/> acesso em 23/01/2018

_____. Pequena bibliografia do estudo do padrão de vida. **Revista do Serviço Público**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1-2, p.136-140, maiogjun. 1947b.

_____. Karl Mannheim. **Revista do Serviço Público**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1-2, p.166-168, set.gout. 1947c. Disponível em: <http://www.cra-rj.adm.br/publicacoes/DASP/alberto-guerreiro/karl-mannheim/>. Acesso em: 19 mai. 2019.

_____. Karl Mannheim (1893-1947) . **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 119-121 , set. 1947d.

_____. **O processo da sociologia no Brasil**: esquema de uma história de idéias. Rio de Janeiro: Cândido Mendes Júnior, 1953.

_____. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. da Ufrj, 1995.

_____. **Uma introdução ao histórico da organização racional do trabalho**: ensaio de sociologia do conhecimento. Republicação. Brasília: Conselho Federal de Administração, 2008.

_____. A sociologia de Max Weber: Sua importância para a teoria e a prática da administração. **Revista do Serviço Público**, Brasília, Df, v. 52, n. 2, p.267-282, jun. 2006[1946].

_____. Administração e política à luz da sociologia. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 63, n. 1, p. 99-110 jan-mar 2012.

SELL, Carlos Eduardo. Racionalidade e racionalização em Max Weber. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo , v. 27, n. 79, p. 153-172, June 2012 .

VILLAS BÔAS, Glauca. Os portadores da síntese: sobre a recepção de Karl Mannheim. **Cadernos CERU**, [S.I.], v. 13, p. 125-143, jan. 2002.

VILLAS BÔAS, Glauca K.. **A Recepção da sociologia Alemã no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006

WEBER, Max. Introdução do Autor. In: WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. 14 ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Análise Econômico-financeira 83
Aprendizagem Organizacional 88, 89, 136, 361
Atividade Física 43, 44, 46, 47, 48, 51
Auditoria 83, 84, 86, 190

C

Capacidade Absortiva 7, 88, 89, 90, 91, 93, 95
Cerâmica 7, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 157
Compartilhamento 27, 29, 30, 31, 38, 39, 41, 42, 92, 116, 122, 177, 326, 334, 344, 360
Comunidade de Aprendizagem 111, 362
Conhecimento 6, 7, 9, 10, 2, 5, 6, 7, 9, 10, 14, 16, 17, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 55, 58, 62, 63, 64, 65, 73, 74, 82, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 98, 113, 115, 116, 126, 127, 130, 132, 135, 136, 138, 140, 141, 149, 160, 161, 168, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 192, 201, 205, 206, 208, 210, 216, 219, 223, 235, 248, 265, 274, 276, 277, 278, 279, 292, 293, 295, 297, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 316, 317, 321, 323, 333, 335, 336, 338, 340, 342, 343, 344, 346, 349, 360, 361, 362, 363, 367, 368, 369, 371, 388, 390, 394, 405, 406, 407, 411, 414, 416, 418
Contabilidade Pública 83
Cooperação 7, 47, 93, 114, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 152, 153, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 169, 170, 172, 180, 228, 229, 280, 361, 397, 398

D

Desastres Climáticos 7, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 108, 109
Desconsideração 6, 20, 21, 22, 23, 24, 25
Desenvolvimento Econômico 5, 7, 25, 30, 124, 136, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 239, 241, 280, 360
Desenvolvimento Social 75, 140, 141, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 194, 202, 348, 357
Direito empresarial 6, 20

E

Educação Intercultural 1, 13, 14
Ensino Prisional 53, 55
Estado 6, 8, 1, 31, 32, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 53, 55, 58, 61, 67, 75, 81, 103, 105, 110, 113, 114, 117, 120, 122, 130, 132, 136, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149,

150, 151, 153, 154, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 175, 183, 188, 189, 204, 206, 207, 208, 209, 222, 224, 230, 231, 235, 246, 247, 251, 252, 257, 263, 274, 316, 320, 326, 336, 348, 349, 351, 358, 371, 415

etnoReconhecimento 1, 2, 3, 17, 18

Extensão Acadêmica 111

G

Gestão 6, 8, 3, 5, 27, 28, 29, 30, 36, 37, 40, 41, 88, 89, 93, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 130, 138, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 160, 161, 162, 174, 175, 177, 187, 188, 190, 191, 198, 199, 200, 201, 202, 219, 223, 226, 228, 229, 230, 231, 236, 237, 238, 241, 242, 243, 281, 282, 295, 352, 357, 370, 388, 395, 397, 405, 416, 418

Gestão do conhecimento 6, 27, 29, 36, 40, 88, 174, 177

Guerreiro Ramos 6, 68, 69, 70, 71, 74, 76, 80

I

Inovação 7, 27, 29, 36, 38, 39, 41, 75, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 152, 153, 155, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 177, 180, 181, 184, 269, 359, 360, 361, 364, 371, 375

Inteligência 6, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 52, 271, 272, 339, 340, 377

J

Justiça do trabalho 20, 21, 22, 24, 25

K

Karl Mannheim 68, 69, 70, 71, 81, 82

L

Liderança 7, 47, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 131, 156, 157, 165, 170, 171, 182, 280, 362

M

Municípios Paranaenses 7, 100, 102, 104

Museus 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 313, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 329, 330, 331

P

Personalidade Jurídica 6, 20, 21, 22, 23, 24, 25

Pesquisa Aplicada 124, 125, 133

Pesquisa Básica 124, 125, 131

Planificação 6, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 116

Policial Militar 43, 45, 47, 48, 49

Prática Estratégica 53, 59, 61, 67

Projeto de Arte 111

Projeto de Remição pela Leitura 53, 57, 58, 60, 63

Psicologia Militar 43, 46

R

Reforma Trabalhista 6, 20, 21, 24, 25

Resiliência Financeira 7, 100, 101, 102, 104, 105, 108

Revisão sistemática 7, 88, 92, 95

S

Saúde do Trabalho 43

Segurança Pública 5, 6, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 49

Suicídio 43, 47, 49, 50, 51, 52

Da Teoria à Prática em Pesquisas nas Ciências Sociais Aplicadas

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Editora
Ano 2021

Da Teoria à Prática em Pesquisas nas Ciências Sociais Aplicadas



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2021